

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO DE LIBRAS DOS ALUNOS SURDOS

Jane Antonia Sales Rocha Agassiz¹

RESUMO

Os Surdos têm dificuldades no aprendizado do Português, pois deveriam aprender a língua portuguesa como segunda língua, o que nem sempre acontece. Português para Surdos deve ser ensinado em Libras, a primeira língua do aluno Surdo, para que ele possa compreender melhor a leitura e a escrita. A prática da escrita pela experiência da leitura é um desenvolvimento necessário e presente na proposta bilíngue que aceita o Português como segunda língua. Vale ressaltar que a perspectiva bilíngue, com uso da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa, ajuda a melhorar o desenvolvimento dos alunos Surdos, pois ao conhecerem, em sua língua natural, o significado das palavras, eles aprendem mais depressa. Deste modo, o aprendizado poderá ocorrer por meio de duas metodologias distintas: Português como língua estrangeira ou como segunda língua.

Palavras Chaves: Surdez, Língua Portuguesa, Bilinguismo.

ABSTRACT

The Deaf have difficulties learning Portuguese, because they should learn Portuguese as a second language, which is not always the case. Portuguese for the Deaf should be taught in Pounds, the Deaf student's first language, so he can better understand reading and writing. The practice of writing through the experience of reading is a necessary and present development in the bilingual proposal that accepts Portuguese as a second language. It is worth mentioning that the bilingual perspective, using the Sign Language and the Portuguese Language, helps to improve the development of the Deaf students, because when they know the meaning of words in their natural language, they learn faster. In this way, learning can take place through two different methodologies: Portuguese as a foreign language or as a second language.

Key words: deafness, Portuguese language, bilingualism.

Introdução

A educação de surdos ainda continua sendo um assunto inquietante e, há muito tempo vem sendo debatido entre educadores e pesquisadores. A discussão maior é com

¹Bacharel em Serviço Social e acadêmica do 9º Período do curso de Letras – literatura e língua Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Pós-graduanda em Libras e MBA em Gestão de projetos – UNIASSELVI. E-mail: adpmlira@gmail.com

relação ao ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita, pois os movimentos voltados por uma educação bilíngue defendem que a aprendizagem dos surdos deve ser realizada levando em consideração a LIBRAS como primeira língua (L1) e o português como segunda língua (L2). Paralelamente à proposta bilíngue, a educação inclusiva deve oferecer ao surdo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a finalidade de atendê-los em turmas do ensino regular, no turno contrário, e garantir a presença de profissionais intérpretes em salas de aula.

No Brasil, os surdos fazem parte de uma minoria linguística, pois estão inseridos numa sociedade que tem como língua oficial, o português. Sendo assim, sofrem discriminações e enfrentam dificuldades por não possuírem uma comunicação oralauditiva, mas sim uma comunicação visual-espacial por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). No entanto, os surdos precisam conhecer a Língua Portuguesa para se comunicar nas atividades do cotidiano e na convivência com os ouvintes. Segundo Quadros e Schmiedt (2006, p. 17), “a língua portuguesa, portanto, será a segunda língua da criança surda sendo significada pela criança na sua forma escrita com as suas funções sociais representadas no contexto brasileiro”. No tocante à educação de surdos, vale ressaltar que nem sempre ela foi prazerosa. Durante décadas, eles foram obrigados a aceitar métodos de ensino que não condiziam com sua realidade.

Entre as tendências filosóficas educacionais usadas para ensinar as pessoas com surdez tais como o Oralismo pautado na aquisição da língua oral para que os surdos pudessem ser integrados na sociedade; a Comunicação Total/Bimodalismo preocupava-se com a relação comunicativa entre surdos-ouvintes e surdos-surdos; e o Bilinguismo que busca o direito do surdo de ser alfabetizado em sua língua materna/natural, a língua de sinais. Assim, é necessário favorecer um ensino de qualidade para todos e na educação de surdos discute o respeito à diferença linguística e cultural. Além disso, a aprendizagem da Língua Portuguesa pelas pessoas surdas é um processo lento e complexo, pois os surdos sentem dificuldade na aquisição do português na modalidade escrita, por causa da diferença estrutural linguística da Língua Brasileira de Sinais.

1. Breve histórico sobre a surdez

Durante a antiguidade, em algumas comunidades pensava-se que as crianças deficientes eram uma manifestação da presença da divindade ou que poderiam absorver os males que recairiam sobre o grupo. Os Gauleses, por exemplo, sacrificavam crianças

surdas ao deus Tutátis. No Egito, por exemplo, as pessoas com deficiência eram exterminadas ao nascer ou durante suas vidas. Os Hebreus, por exemplo, consideravam que estes teriam "impureza" ou pecado, sendo a deficiência uma punição de Deus.

Os Gregos e os Romanos não consideravam o deficiente como um ser humano, isso porque para a sociedade da época, uma pessoa só vivia e/ou existia se pudesse trabalhar estudar, lutar ou se pudesse se comunicar. Na Idade Média, os monges que viviam em convento faziam um voto de silêncio, não podendo se comunicar de forma alguma. Assim foi criado um código por meio de sinais na qual conseguiam se comunicar sem que houvesse a emissão sonora.

Neste período, estes mesmos monges foram chamados pela Igreja Católica para se tornarem responsáveis pela educação das crianças e jovens dos castelos, pois os filhos dos Reis eram, em sua grande maioria, surdos. Isso ocorria devido aos casamentos entre membros da mesma família, para que a herança não fosse deixada para famílias que não fossem nobres. A Igreja Católica era beneficiada com tal atitude, pois os nobres contribuía de forma bem generosa com a igreja.

Na Idade Moderna, as pessoas surdas ou deficientes começaram a ser valorizadas devido aos trabalhos e avanços educacionais. Em 1660 foi idealizado o primeiro alfabeto manual para o auxílio à educação dos surdos, pelo padre Bonet (1579-1633). Os estudiosos passaram, através dos séculos, a ter grande interesse por este tipo de ensino, pois trazia enorme benefício financeiro, já que as famílias que se utilizavam de professores eram nobres.

A partir do século XVII, foi criada a primeira escola pública para surdos, na França, pelo Charles Michel L'Épée em 1760.

O abade Charles-Michael de L'Épée (1712-1789) foi um educador filantrópico francês que ficou conhecido como "Pai dos Surdos" e também um dos primeiros que defendeu o uso da Língua de Sinais (...) teve a disponibilidade de aprender a língua de sinais para poder se comunicar com os surdos (...) referindo-se à língua de sinais com respeito. (SILVA, 2008, p. 21-22).

No Brasil, a educação dos surdos teve seu início com o francês H Ernest Huet, durante o segundo império, pois o filho da princesa Isabel e neto de D Pedro II era surdo.

H Ernest Huet, ex-aluno surdo do Instituto de Paris, trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais. Deu origem à língua Brasileira de

Sinais, com grande influência da língua Francesa (...) apresentou documentos importantes para educar os surdos, mas ainda não havia escolas especiais (SILVA, 2008, p. 27).

Assim sendo, foi fundado em 1857 no Rio de Janeiro o Instituto Nacional de Surdos-Mudos que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em 1911 se tornou expressamente proibida qualquer forma de linguagem gestual para a alfabetização dos deficientes auditivos, devido ao Congresso de Milão, onde ficou permitido somente o método do Oralismo nas disciplinas escolares.

Em 1957, o Decreto nº 42.728 criou a Campanha para Educação de Surdos Brasileira (CESB). Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil; capítulo III; seção I; artigo 208, inciso III decretou que atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades educativas especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1999, o Decreto nº 3298/99, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Em 2000, a Lei nº 10.098/00 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 2001, Leis Federais Nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (Educação Especial - Implantar em (05) cinco, generalizar em (10) dez Anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e sempre que possível para seus familiares, para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores em parceria com organizações não governamentais).

Já em 2002, este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. No artigo 1º, esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. No artigo 18, encontramos que o Poder Público programa a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo

de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Em 2005, o Decreto nº 5.626/05 regulamenta a lei 10.436/02 e a lei 10.098/00. O Artigo 3º institui que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

2. A Língua Portuguesa e sua importância no ensino da língua Brasileira de Sinais.

O ensino de Língua Portuguesa para os surdos como segunda língua é um direito garantido pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, proporcionando-lhes acesso à educação, mencionado no Art. 14, parágrafo 1º, inciso II que seja ofertada “obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da LIBRAS e também da língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos”, lembrando que esse ensino deve ser somente na modalidade escrita. Em relação ao ensino de Língua Portuguesa, o Decreto nº 5.626/2005 em seu Art. 13 afirma que: O ensino da modalidade da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (Machado, 2008, p. 45).

No entanto, vale ressaltar que a aprendizagem da L2 pelos surdos é um grande desafio, pois para estes é difícil assimilar a língua oral-auditiva, já que esta é contrária a sua língua materna/natural que é uma língua visual-espacial. Pois, é necessário que se faça um trabalho reflexivo no que diz respeito às especificidades e às singularidades de aprendizagem de cada aluno surdo, para que esse possa usar adequadamente a escrita da língua oral-auditiva nas diversas situações do seu cotidiano, dessa forma ele terá acesso a qualquer informação que não seja representada na sua língua materna/natural.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006), a aquisição da Língua Portuguesa pelo surdo dependerá da representação desta língua a partir da funcionalidade relacionada ao acesso às informações por meio da escrita. Ainda de acordo com Quadros (1997) e Quadros e Karnopp (1998), o ambiente em que a criança surda irá aprender a Língua Portuguesa tem que ser artificial e o ensino sistematizado por meio de métodos próprios de ensino. Assim, fica evidente que o português, na modalidade escrita, é importante para que os surdos estejam inseridos na sociedade ouvinte.

Nessa perspectiva, o conhecimento e o domínio sobre a Língua Portuguesa na modalidade escrita levarão aos surdos a interagirem melhor em meio social. O processo de aquisição do português como L2 pelo aluno com surdez, muitas vezes, acontece seguindo as mesmas metodologias do ensino do português para ouvintes. No entanto, é necessário que os alunos surdos adquiram a Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita, pois estão inseridos numa comunidade linguística em que a língua majoritária é o português.

Essa metodologia tem desestimulado o surdo, levando-o a interferências de marcas linguísticas na aquisição do português e, conseqüentemente, ao fracasso escolar, pois, a todo o momento durante as aulas de outras disciplinas, ele precisa fazer a leitura do conteúdo em português. Contudo, não se deve negar que, nesse processo de aprendizagem da L2, é de suma importância a intermediação da LIBRAS no processo de ensino aprendizagem para que haja uma construção do significado das palavras do português. Sobre isso, Quadros (2005) assegura que:

A Língua de Sinais também apresenta papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimento da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS, 2005, p. 24).

No Brasil, o ensino de português como segunda língua ainda é algo recente e é encarado como um grande desafio, tanto pelo professor quanto pelos alunos surdos, pois tanto estes sentem dificuldades de adquirir o português como segunda língua, assim como os professores sentem dificuldades para ensiná-la. Tendo em vista a metodologia de ensino de LP para os surdos na modalidade escrita, Quadros e Schmiedt (2006, p. 25) propõem dois recursos considerados importantes para serem usados em sala de aula pelos professores, o relato de histórias e a produção de literatura infantil em sinais. Em ambos, os recursos devem incluir as produções espontâneas, tanto da criança surda quanto do professor. Pois, “pensando em alfabetização, tal material é fundamental para esse

processo se estabelecer, pois, aprender a ler os sinais dará subsídios às crianças para aprender a ler as palavras escritas na língua portuguesa” (Idem).

A partir das propostas apresentadas acima, é notório que esse método é um incentivo para que os surdos possam ler suas próprias produções na Língua de Sinais, levando-os a se desenvolver, cognitivamente, ajudando no processo de aquisição da leitura e da escrita da Língua Portuguesa, pois Quadros e Schmiedt (2006, p. 26) defendem que “os alunos surdos precisa tornar-se leitores na língua de sinais para se tornarem leitores na língua portuguesa”.

Por terem a LIBRAS como língua materna/natural, os surdos sentem dificuldades na leitura da Língua Portuguesa escrita e, adaptá-los a esse novo processo, será uma tarefa árdua para o professor. Nesse contexto, a leitura deve tornar-se algo prazeroso para o aprendiz. Por isso, deve ser trabalhada de forma contextualizada e significativa para que possa ser compreendida pelos alunos surdos. Sendo assim, Quadros e Schmiedt (2006, p. 41) enfatizam “provocar nos alunos o interesse pelo tema da leitura por meio de uma discussão prévia do assunto, ou de uma brincadeira ou atividade que os conduza ao tema pode facilitar a compreensão do texto”.

Ensinar uma língua escrita para quem desconhece a oralidade é um desafio para todos os professores com alunos surdos em suas turmas. As principais dificuldades não decorrem da surdez em si, mas da falta de conhecimento da Língua Portuguesa falada. Hoje, boa parte desses estudantes comunica-se com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua visual-espacial, que possui estrutura própria.

Na Educação Infantil, a maioria das crianças surdas nasce em famílias de ouvintes. Por isso, só aprende Libras quando entra na creche ou na pré-escola. Ao final desse período, espera-se que essas crianças consigam narrar histórias simples na língua de sinais. Utilizar cartazes com a representação de palavras em Libras e em Língua Portuguesa é uma ação que ajuda a colocar as crianças com deficiência auditiva em contato com a Língua Portuguesa escrita desde cedo - já que a apreensão desta língua é visual para o aluno surdo.

As imagens também devem ser bem exploradas pelos educadores durante os momentos de leitura. É importante que os pequenos possam observar as ilustrações e compreendê-las como elementos complementares à narrativa. O mesmo vale para a elaboração de listas. O educador pode organizá-las com as imagens dos objetos e os

nomes correspondentes escritos em português e em sinais. O uso de DVDs de histórias contadas em Libras por outras crianças ou de DVDs de brincadeiras com regras interpretadas em Libras associadas às imagens são recursos importantes no dia a dia da pré-escola.

Embora todas as escolas regulares com alunos surdos matriculados tenham o direito de contar com um intérprete de Libras, é imprescindível que, desde muito pequena, a criança com deficiência auditiva seja orientada a olhar para o rosto do interlocutor. Assim, ela poderá observar expressões, gestos e sinais para, aos poucos, adquirir a capacidade de fazer a leitura orofacial, que será útil para as aprendizagens futuras e para a interação com os outros. Tentar "oralizar" a criança surda - mesmo as que possuem resquícios de audição. O ideal é que todos dominem Libras para então aprender uma segunda língua, que é a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. A tentativa de oralização prejudica o desenvolvimento, pois impede que a criança aprenda tanto a Língua Portuguesa falada quanto a Libras.

No Ensino Fundamental I, espera-se que os alunos com deficiência auditiva que passaram pela Educação Infantil saibam comunicar-se em Libras e sejam capazes de escrever o próprio nome. Mas vale lembrar que essas crianças começam o Ensino Fundamental sem conhecimento da Língua Portuguesa falada e, por isso, não partem do mesmo princípio que os alunos ouvintes para aprender a ler e a escrever.

A apropriação do sistema alfabético, nesses casos, se dá através da visão e, por isso, o planejamento de atividades intensas de leitura com interpretação em Libras e com a utilização de recursos visuais (como imagens e letras móveis) são ações fundamentais para que a criança seja alfabetizada em um contexto de letramento. Ao contar histórias para o aluno com deficiência auditiva, faça com que ele observe detalhes da escrita e da ilustração. As palavras grafadas sempre devem estar associadas ao seu significado interpretado em Libras. O professor deve elaborar atividades de escrita em listas e organizar coleções com a turma. Crachás com os nomes de todos podem ser usados em sala, assim como desenhos relacionados a palavras - a memória visual, para a criança com deficiência auditiva é muito importante.

O maior desafio para o aluno surdo é que ele compreenda a língua como prática social. O acesso a diferentes materiais escritos, portanto, é crucial para ampliar o conhecimento linguístico do aluno e fazer com que ele consiga produzir textos coerentes em Língua Portuguesa até o final do 5º ano. Para tanto, é necessário que o professor organize jogos em Língua Portuguesa escrita, língua de sinais e imagens; fixe cartazes relacionando palavras, imagens e sinais; utilize dicionário trilingue e ler histórias para as crianças interpretando-as em Libras. Aos poucos, as leituras passaram a ser interpretadas na língua de sinais pelos próprios colegas ouvintes.

Já no Ensino Fundamental II, que é a partir do 6º ano, espera-se que o aluno com deficiência auditiva seja capaz de escrever textos coerentes, mesmo que simples. Vale lembrar que coerência e coesão são qualidades distintas - a primeira refere-se à forma do texto, enquanto a segunda diz respeito aos aspectos semânticos. Devido às diferenças estruturais entre língua de sinais e língua oral, é comum que o aluno surdo tenha dificuldades para escrever textos coesos. Poucos conseguem fazer o uso correto de morfemas e as ligações entre palavras, orações e parágrafos. O mais importante é atentar para a coerência nas produções, mas isso não quer dizer que o educador não precise elaborar atividades regulares de leitura e de reestruturação de texto, para que o aluno se aproprie cada vez mais da Língua Portuguesa escrita - considerada como segunda língua para os usuários de Libras.

Nesta etapa, é desejável que o estudante consiga interpretar e reconhecer textos de diferentes gêneros - biográficos, jornalísticos, científicos, crônicas, contos, poesia, relatos históricos etc. Ele vai precisar dominar o uso escrito da Língua Portuguesa para estruturar experiências e explicar a própria realidade. Organizar esquemas e estimular a produção escrita de notas e textos de opinião ajuda o aluno nesse processo. Atividades de leitura compartilhada em pequenos grupos; de leitura em Libras feita pelo intérprete ou pelo professor; e de leituras autônomas conferem mais segurança ao aluno.

E finalmente quando este ingressar no Ensino Médio, respeitadas as limitações, o aluno surdo precisa ser capaz de refletir sobre os principais aspectos da Língua Portuguesa. Mas lembre-se: o tempo de aprendizagem da pessoa com deficiência auditiva é diferente do de alunos ouvintes. Para isso o professor precisa investir nas situações de

sistematização de conteúdos, ou seja, apresentar ao aluno o que será feito, ampliar o tempo de realização das atividades

Nesta etapa o professor precisa explorar elementos visuais para ensinar Língua Portuguesa escrita aos alunos. No caso dos verbos, elaborar tabelas com letras grandes, fixadas nas paredes da sala com as conjugações. Precisa criar também ícones que indicam os diferentes tempos verbais. Para ensinar os numerais ele tirou cópias de folhas de talão de cheque e de notas fiscais para que fossem preenchidas pela turma. Enfim existe infinitas possibilidades de trabalhar a língua portuguesa na sala de aula, mas é importantíssimo trabalhar textos que estejam de acordo com o cotidiano dos alunos.

3. A escola bilíngue

Uma das áreas que está em transformação é a educação dos deficientes auditivos, que busca uma inclusão integral no ambiente escolar e social. A educação de surdos sempre foi algo que gerou conflitos, no decorrer do século passado, várias propostas educacionais foram lançadas, mas todas com uma série de limitações e pouco desenvolvia as habilidades dos alunos surdos.

Atualmente para ajudar na inclusão estão presentes nas salas de aulas os intérpretes de LIBRAS:

Em geral, ao convocar a presença de um intérprete de Línguas de Sinais, as pessoas não se dão conta da complexidade que envolve a realização dessa tarefa, pois não é suficiente conhecer os sinais, e sim saber transmitir ideias da língua oral para a língua viso-gestual, e vice-versa. Os intérpretes representam a ponte entre dois mundos diferentes, o mundo visual dos surdos e o mundo oral dos ouvintes (GESSER, 2009, p.138).

Realmente o intérprete na sala de aula é um grande salto na evolução educacional no caráter inclusivo, mas mesmo reconhecendo a grande dificuldade dessa profissão que surgiu das comunidades de amigos e igrejas sem grandes registros históricos (Gesser, 2008), não podemos deixar de ressaltar que somente a presença do intérprete na sala de aula não garante uma inclusão efetiva do aluno no ambiente escolar, tampouco na sociedade em geral. A presença do intérprete garantirá ao aluno uma comunicação somente no momento em que seu interlocutor estiver presente, assim ele ficará preso a ele e não estará incluído e mantendo a comunicação com a comunidade escolar bem como a comunidade em geral.

Nosso foco de atenção será o bilinguismo para os surdos, e esse processo é um grande desafio, haja vista a grande falta de preparação dos profissionais envolvidos nessa área. Além disso, as próprias linhas de pesquisas entram em conflitos e divergem entre si, não deixando bem claro a importância do bilinguismo para a criança surda:

Existem atualmente, algumas divergências relacionadas à inclusão dos alunos surdos, visto que, para alguns, a escola especial é segregadora, pois os alunos isolam-se cada vez mais, e os resultados obtidos não são os esperados. Já para outros, essa escola enaltece a comunidade surda, sua cultura e sua identidade, enfatizando que esse espaço de aquisição de uma língua efetiva promove o desenvolvimento cognitivo da criança. O importante é a interação entre as duas línguas, para que a criança cresça, desenvolvendo suas capacidades cognitivas, linguísticas, afetivas e políticas, independentemente do espaço escolar no qual está inserida. Para isso, é necessário conhecer os sujeitos na sua singularidade linguística e reconhecer que os alunos surdos precisam de uma educação específica. O ideal é que a criança adquira primeiro a língua de sinais e, depois a língua portuguesa para que facilite a sua compreensão, uma vez que o aprendiz da segunda língua utiliza a primeira como estratégia da aprendizagem (SKILIAR, 1988, p.14).

A ideia citada acima é válida, porém vale ressaltar que para que um desenvolvimento crítico de uma criança ela deve estar exposta às mais variadas culturas e estilos de vida, já que nossa sociedade é rica culturalmente. Outro argumento que reforça a importância do bilinguismo e incentiva os pesquisadores a desenvolverem meios de vencer esse desafio, é a questão da vida do surdo como cidadão, ele conhecendo a Libras é um passo importante, porém no cotidiano dele tanto no trabalho como em outras atividades estará sempre em contato com o nosso idioma falado no caso do Brasil, o português.

Cabe à escola então o papel de formar cidadãos leitores e escritores (Gesser, 2009), com a capacidade de uma vida normal em sociedade aprendendo a ler e escrever nosso idioma. Continuando nesse assunto sobre a formação na escola, podemos ressaltar outra missão considerado um grande desafio, aquela de desenvolver uma identidade na pessoa surda sem excluí-la da sociedade:

O bilinguismo permite que, dada a relação entre o adulto e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A proposta bilíngue possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação linguística (MACHADO, 2008, p. 15).

Podemos notar que o bilinguismo é uma ferramenta de extrema importância na inclusão de crianças surdas na sociedade em geral, infelizmente, os desafios são grandes, já que este é um assunto novo para nossos pesquisadores. Mas com os avanços dos

estudos os grandes desafios do bilinguismo serão vencidos e finalmente a sociedade terá uma escola bilíngue, e inclusiva.

4. Considerações Finais

Concluiu-se que as metodologias de ensino da Língua Portuguesa aplicadas pelos professores para alunos surdos são idênticas a dos ouvintes, ou seja, sem a utilização de recursos, principalmente, os visuais que auxiliam na compreensão dos assuntos abordados relacionados a língua portuguesa dificulta o processo de ensino aprendido. Nesse contexto, observou-se nas bibliografias que o ensino do português como segunda língua não tem acontecido de forma efetiva nas escolas, pois a disciplina de Língua Portuguesa é ministrada juntamente com os ouvintes. Assim, mesmo a LIBRAS não sendo usada como língua de instrução para o aprendizado das pessoas surdas, esta é valorizada como primeira língua, à medida que os professores reconhecem a sua importância e a do profissional intérprete em sala de aula.

Merece destaque o atendimento educacional especializado que os alunos surdos recebem em turno contrário ao da turma inclusiva, ponto relevante no desempenho educacional e potencial dos surdos. Talvez, ainda seja por isso que o fracasso escolar dos alunos com surdez não tenha acontecido completamente nas escolas. Outro ponto que merece destaque foi à falta de intérprete em sala de aula, já que os docentes não sabiam a Língua Brasileira de Sinais. E quando isso acontece, ocorre o desolamento dos alunos surdos por não participarem, ativamente, das aulas.

Tudo isso são fatores primordiais para que aconteça o desestímulo e o fracasso escolar dos surdos. Todavia, é de fundamental importância o reconhecimento das duas línguas, LIBRAS e o português, na vida e na constituição plena do surdo. Por isso, existe todo um aparato e conhecimentos específicos que os professores de Língua Portuguesa que ensinam surdos precisam apropriar-se para exercer sua função de forma eficiente e efetiva, pois só por meio da aquisição desses conhecimentos eles poderão planejar suas aulas de maneira mais adequada para que seus alunos com surdez se apropriem dos conhecimentos por eles ensinados.

5. Referências

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Decreto-Lei n.5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10436 de 22/04/02 e o art. 18 da Lei 10.098 de 19/12/00. _____. Lei n. 10436, de 22 de abril de 2002. Oficializa a LIBRAS.

GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

MACHADO, P. C. A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

QUADROS, R.M; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, O. W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, H. M. L.; FAULSTICH, E; CARVALHO, O. RAMOS, A. A. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Vol 1 e 2. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEESP

SILVA, S. G. L. Ensino de língua portuguesa para surdos: das políticas as práticas pedagógicas. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, p. 7-32, 1998.